

Dco.

REVISTA DE DIREITO MERCANTIL

industrial, econômico
e financeiro

106



Publicação do
Instituto Brasileiro de Direito Comercial Comparado
e Biblioteca Tullio Ascarelli
do Departamento de Direito Comercial
da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Ano XXXVI (Nova Série)
abril-junho/1997

 **MALHEIROS
EDITORES**

REVISTA DE DIREITO MERCANTIL

industrial, econômico e financeiro

Nova Série - Ano XXXVI — n. 106 — abril-junho de 1997

FUNDADORES

1ª FASE: WALDEMAR FERREIRA

FASE ATUAL: PROF. PHILOMENO J. DA COSTA (†)
PROF. FÁBIO KONDER COMPARATO

SUPERVISOR GERAL: PROF. WALDIRIO BULGARELLI

COMITÊ DE REDAÇÃO: MAURO RODRIGUES PENTEADO,
HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA,
JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO, ANTONIO MARTIN

REVISTA DE DIREITO MERCANTIL

publicação trimestral de
MALHEIROS EDITORES LTDA.

Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171

CEP: 04531-940

São Paulo, SP - Brasil - Tels. 822-9205

820-9718 - 820-5549 - Fax. 829-2495

Diretor Responsável: Álvaro Malheiros
Diretora: Suzana Fleury Malheiros
Supervisão Gráfica: Vânia Lúcia Amato

Assinaturas e comercialização:
CATAVENTO DISTRIBUIDORA DE
LIVROS S.A.

Rua Conselheiro Ramalho, 928

CEP 01325-000

São Paulo, SP - Brasil

Tel. 289-0811 - Fax. 251-3756

Composição: EDITORA FRASE LTDA.
Impressão: GRÁFICA E EDITORA FCA
(FUNDAÇÃO DE CIÊNCIAS APLICADAS)

SUMÁRIO

DOCTRINA

A TEORIA DA APARÊNCIA E O DIREITO BANCÁRIO	7
— Arnaldo Wald	
ACORDO DE ACIONISTAS	20
— Modesto Carvalhosa	
SEGURO DE DANO MORAL RESULTANTE DE ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR	25
— Rachel Sztajn	
ATUAÇÃO ESTATAL E ILÍCITO ANTITRUSTE	35
— Calixto Salomão Filho	
RESPONSABILIDADE DO CONTROLADOR, DOS SÓCIOS E DOS ADMINIS- TRADORES DE EMPRESAS DE CONSÓRCIOS, SUA APRECIÇÃO À LUZ DO DIREITO DO CONSUMIDOR	48
— Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa	
ASSEMBLÉIA DE COTISTAS NA SOCIEDADE LIMITADA — Aplicação da legislação societária	53
— João Luiz Coelho da Rocha	
A INTRODUÇÃO NO NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO DO REQUISITO DA ATIVIDADE INVENTIVA COMO CONDIÇÃO LEGAL PARA A CON- CESSÃO DE UMA PATENTE DE INVENÇÃO	58
— Gustavo José Ferreira Barbosa	
DA OBRIGATORIEDADE POR PARTE DO ADQUIRENTE DO CONTROLE DE SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL ABERTO DE FAZER SIMULTÂNEA OFERTA PÚBLICA, EM IGUAIS CONDIÇÕES, AOS ACIONISTAS MINORI- TÁRIOS — ART. 254 DA LEI 6.404/76 E RESOLUÇÃO CMN 401/76 — É EFETIVO MECANISMO DE PROTEÇÃO AOS MINORITÁRIOS?	83
— Roberta Nioac Prado	
A EXAUSTÃO DO DIREITO DE MARCAS NA UNIÃO EUROPÉIA E O MER- COSUL	107
— Karin Grau-Kuntz e Newton Silveira	
ATUALIDADES	
CÓDIGO E NORMAS DE CONDUTA DO SISTEMA FINANCEIRO PORTU- GUÊS E COMUNITÁRIO	127
— Armindo Saraiva Matias	
CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM: CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA ES- TABELÉCIDA ANTES DO ADVENTO DA LEI NOVA. DIREITO APLI- CÁVEL	149
— Vera Helena de Mello Franco	

A DESINTERMEDIÇÃO NA OFERTA DE CRÉDITO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: EXAME DO TEMA E POSSÍVEIS CONCLUSÕES	154
— Cassio M. C. Penteado Jr.	
O ICMS E OS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. NÃO-INCIDÊNCIA	164
— João Luiz Coelho da Rocha	
CONCEITO DE PREPOSTO	169
— Sérgio Sérvulo da Cunha	
AS CENTRAIS DE RISCO E O SIGILO BANCÁRIO	174
— Carlos Alberto Hagstrom	
ANOTAÇÕES SOBRE A LEGITIMAÇÃO PARA REQUERER A APURAÇÃO DE HAVERES	178
— José Alfredo Ferrari Sabino	
 MERCOSUL	
MERCOSUL — NORMAS DE IMPLANTAÇÃO — FORÇA VINCULANTE...	185
— José Alfredo Borges	
 DOCUMENTOS	
THE CLAYTON ACT — CONTROLE DE CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS ..	197

COLABORAM NESTE NÚMERO

ARMINDO SARAIVA MATIAS

Professor na Universidade Autónoma de Lisboa.

ARNOLDO WALD

Advogado. Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Ex-Procurador Geral do Estado da Guanabara. Ex-Presidente da CVM.

CALIXTO SALOMÃO FILHO

Livre-Docente e Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP.

CARLOS ALBERTO HAGSTROM

Ex-Procurador do Banco Central. Advogado em Brasília.

CASSIO M. C. PENTEADO JR.

Advogado em São Paulo. Professor da FMU/SP.

GUSTAVO JOSÉ FERREIRA BARBOSA

Advogado no Rio de Janeiro.

HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA

Advogado. Mestre e Doutor em Direito Comercial pela USP. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP. Ex-Procurador do Banco Central do Brasil.

JOÃO LUIZ COELHO DA ROCHA

Advogado no Rio de Janeiro.

JOSÉ ALFREDO BORGES

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Procurador da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Advogado em Belo Horizonte.

JOSÉ ALFREDO FERRARI SABINO

Procurador do Estado e Advogado no Rio de Janeiro.

KARIN GRAU-KUNTZ

Pequisadora no Max-Planck-Institut fuer auslaendisches und internationales Patent, Urheberund Wettbewerbsrecht (Muenchen). Mestranda na Faculdade de Direito de Munique (Ludwig-Maximilians-Universitaet).

NEWTON SILVEIRA

Doutor em Direito Comercial e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Secretário Geral Adjunto do IIDA-Instituto Interamericano de Direito do Autor. Advogado e Procurador junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

RACHEL SZTAIN

Livre-Docente e Professora Doutora de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP.

ROBERTA NIOAC PRADO

Advogada. Pós-graduanda em Direito Comercial na Faculdade de Direito da USP.

SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA

Advogado.

VERA HELENA DE MELLO FRANCO

Professora Assistente Doutora da Faculdade de Direito da USP. Advogada em São Paulo.

MODESTO CARVALHOSA

Advogado em São Paulo

Documentos

THE CLAYTON ACT¹

Controle de Concentração de Empresas*

§ 7. Acquisition by one corporation of stock of another

No person engaged in commerce or in any activity affecting commerce shall acquire, directly or indirectly, the whole or any part of the stock or other, share capital and no person subject to the jurisdiction of the Federal Trade Commission shall acquire the whole or any part of the assets of another person engaged also in commerce or in any activity affecting commerce, where in any line of commerce or in any activity affecting commerce in any section of the country, the effect of such acquisition may be substantially to lessen competition, or to tend to create a monopoly.

No person shall acquire, directly or indirectly, the whole or any part of the stock or other share capital and no person subject to the jurisdiction of the Federal Trade Commission shall acquire the whole or any part of the assets of one or more persons engaged in commerce or in any activity affecting commerce, where in any line of commerce or in any activity affecting commerce in any section of the country, the effect of such acquisition, of such stocks or assets, or of the use of such stock by the voting or granting of proxies or otherwise, may be substantially to lessen competition, or to tend to create a monopoly.

§ 7. Aquisição por uma sociedade do capital de outra

Nenhum agente econômico² engajado no comércio ou em qualquer atividade a ele relativa³ adquirirá, direta ou indiretamente, a totalidade ou qualquer parte do capital, ou ações do capital, e nenhum agente econômico sujeito à jurisdição da *Federal Trade Commission*⁴ adquirirá a totalidade, ou qualquer parte, dos ativos de outro agente econômico também engajado no comércio, ou em qualquer outra atividade relativa ao comércio, se em qualquer segmento do comércio, ou em qualquer atividade a ele relativa, em qualquer parte do país, o efeito de tal aquisição possa resultar em substancial restrição à concorrência, ou tender a criar monopólio.⁵

Nenhum agente econômico adquirirá, direta ou indiretamente, a totalidade, ou qualquer parte do capital, ou ações do capital, e nenhum agente econômico sujeito à jurisdição da *Federal Trade Commission* adquirirá a totalidade, ou qualquer parte, dos ativos de um ou mais agentes econômicos engajados no comércio, ou em qualquer atividade a ele relativa, se em qualquer segmento do comércio, ou em qualquer atividade relativa ao comércio em qualquer parte do país, o efeito de tal aquisição, de tais ações ou ativos, ou do uso de tal capital para votação, ou outorga de procurações, ou por outros meios, possa resultar em substancial restrição à concorrência, ou tender a criar um monopólio.

* As notas encontram-se no final do texto (p. 208).

This section shall not apply to persons purchasing such stock solely for investment and not using the same by voting or otherwise to bring about, or in attempting to bring about, the substantial lessening of competition. Nor shall anything contained in this section prevent a corporation engaged in commerce or in any activity affecting commerce from causing the formation of subsidiary corporations for the actual carrying on of their immediate lawful business, or the natural and legitimate branches or extensions thereof, or from owning and holding all or a part of the stock of such subsidiary corporations, when the effect of such formation is not to substantially lessen competition.

Nor shall anything herein contained by construed to prohibit any common carrier subject to the laws to regulate commerce from aiding in the construction of branches or short lines so located as to become feeders to the main line of the company so aiding in such construction or from acquiring or owning all or any part of the stock of such branch lines, nor to prevent any such common carrier from acquiring and owning all or any part of the stock of a branch or short line constructed by an independent company where there is no substantial competition between the company owning the branch line so constructed and the company owning the main line acquiring the property or an interest therein, nor to prevent such common carrier from extending any of its lines through the medium of the acquisition of stock or otherwise of any other common carrier where there is no substantial competition between the company extending its lines and the company whose stock, property, or an interest therein is so acquired.

Este artigo não se aplicará aos agentes econômicos que adquiram capital somente para investimento, e que não o utilizem para votação ou por outros meios a fim de ocasionar, ou tentar ocasionar, uma restrição substancial à concorrência. Nem deverá nada constante neste artigo impedir uma empresa engajada no comércio, ou em qualquer atividade a ele relativa, de causar a formação de empresas subsidiárias para a efetiva continuidade de seus negócios jurídicos imediatos, ou de filiais ou extensões naturais e legítimas daquela, ou de possuir e controlar a totalidade ou uma parte do capital de tais sociedades subsidiárias, se o efeito de tal formação não for, substancialmente, o de restringir a concorrência.

Nem deverá, nada aqui contido, ser interpretado de modo a proibir qualquer empresa de transportes públicos⁶ sujeita às leis reguladoras do comércio, de ajudar na construção de filiais ou linhas auxiliares,⁷ localizadas de modo a tornarem-se cooperantes da linha principal da sociedade que assim ajude em tal construção; ou de adquirir ou possuir a totalidade, ou qualquer parte do capital de tais ramais, nem impedir que qualquer destas empresas de transportes públicos adquira e possua a totalidade, ou qualquer parte do capital de uma filial ou linha auxiliar construída por uma sociedade independente, onde não haja concorrência substancial⁸ entre a sociedade que possua a filial assim construída e a companhia possuidora da linha principal — adquirente da propriedade ou de interesses da primeira; nem deverá prevenir, este artigo, tal empresa de transportes públicos de estender qualquer uma de suas linhas por meio da aquisição de capital ou por outra forma de qualquer outra empresa de transportes públicos, quando não houver concorrência substancial entre a companhia que está estendendo suas linhas e a companhia da qual as ações, a propriedade ou um interesse forem assim adquiridos.

Nothing contained in this section shall be held to affect or impair any right heretofore legally acquired: Provided that nothing in this section shall be held or construed to authorize or make lawful anything heretofore prohibited or made illegal by the antitrust laws, nor to exempt any person from the penal provisions thereof or the civil remedies therein provided.

Nothing contained in this section shall apply to transactions duly consummated pursuant to authority given by the Secretary of Transportation, Federal Communications Commission, Federal Power Commission, Interstate Commerce Commission, the Securities and Exchange Commission in the exercise of its jurisdiction under section 79 (j) of this title, the United States Maritime Commission, or the Secretary of Agriculture under any statutory provision vesting such power in such Commission or Secretary.

(Oct. 15, 1914, c. 323, § 7, 38 Stat. 731; Dec. 29, 1950, c. 1.184, 64 Stat. 1125. As amended Sept. 12, 1980, Pub. L. 96-349, § 6(a), 94 Stat. 1157; Oct. 4, 1984; Pub. L. 98-443, § 9(1), 98 Stat. 1708.)

§ 7A. [115 U.S.C. § 18a]. Premerger notification and waiting period

(a) Filing

Except as exempted pursuant to subsection (c) of this section, no person shall acquire, directly or indirectly, any voting securities or assets of any other person, unless both persons (or in the case of a tender offer, the acquiring person) file notification pursuant to rules under subsection (d) (1) of this section and the waiting period described in subsection (b) (1) of this section has expired, if —

Nada contido neste artigo será entendido de modo a afetar ou ameaçar qualquer direito legalmente adquirido, nos termos desta Lei: contanto que nada neste artigo seja considerado, ou interpretado, de modo a autorizar ou a legalizar qualquer ato de ora por diante proibido, ou considerado ilegal nos termos das leis de defesa da concorrência,⁹ nem isente qualquer agente econômico dos dispositivos penais daquelas, ou dos dispositivos legais civis aqui previstos.

Nada contido neste artigo será aplicado a transações consumadas legalmente, consoante permissão dada pela *Secretary of Transportation*,¹⁰ *Federal Communications Commission*,¹¹ *Federal Power Commission*,¹² *Interstate Commerce Commission*,¹³ *Securities and Exchange Commission*,¹⁴ no exercício de sua jurisdição, nos termos do artigo 79(j) deste título, a *United States Maritime Commission*,¹⁵ ou a *Secretary of Agriculture*,¹⁶ nos termos de qualquer dispositivo legal conferindo tal poder a tal Comissão ou Secretaria.

(Oct. 15, 1914, c. 323, § 7, 38 Stat. 731; Dec. 29, 1950, c. 1184, 64 Stat. 1125. As amended Sept. 12, 1980, Pub. L. 96-349, § 6(a), 94 Stat. 1157; Oct. 4, 1984; Pub. L. 98-443, § 9(1), 98 Stat. 1708.)

§ 7A. Notificação pré-concentração e termo de espera

(a) Registro

Exceto por isenção consoante o parágrafo (c) deste artigo, nenhum agente econômico adquirirá, direta ou indiretamente, quaisquer ações ou ativos de qualquer outro agente econômico, a menos que ambos os agentes econômicos (ou no caso de uma oferta pública,¹⁷ o agente econômico adquirente) registrem notificação de acordo com as regras estipuladas no parágrafo (d)(1) deste artigo, e o termo de espera conforme o disposto no parágrafo (b)(1) desta seção tenha expirado, se:

(1) the acquiring person, or the person whose voting securities or assets are being acquired, is engaged in commerce or in any activity affecting commerce;

(2)(A) any voting securities or assets of a person engaged in manufacturing which has annual net sales or total assets of \$ 10,000,000 or more are being acquired by any person which has total assets or annual net sales of \$100,000,000 or more;

(B) any voting securities or assets of a person not engaged in manufacturing which has total assets of \$ 10,000,000 or more are being acquired by any person which has total assets or annual net sales of \$100,000,000 or more; or

(C) any voting securities, or assets of a person with annual net sales or total assets of \$ 100,000,000 or more are being acquired by any person with total assets or annual net sales of \$ 10,000,000 or more; and

(3) as a result of such acquisition, the acquiring person would hold —

(A) 15 per centum or more of the voting securities or assets of the acquired person, or

(B) an aggregate total amount of the voting securities and assets of the acquired person in excess of \$ 15,000,000.

In the case of a tender offer, the person whose voting securities are sought to be acquired by a person required to file notification under this subsection shall file notification pursuant to rules under subsection (d) of this section.

(1) o agente econômico adquirente, ou o agente econômico cujas ações ou ativos com direito a voto estejam sendo adquiridos, estiver engajado no comércio ou em qualquer atividade relativa ao comércio;

(2)(A) quaisquer ações ou ativos, de um agente econômico engajado em produção,¹⁸ que disponha de ativos no total de \$ 10,000,000 ou mais, estejam sendo adquiridos por qualquer pessoa que tenha total de ativos ou venda líquida anual de \$ 100,000,000 ou mais;

(B) quaisquer ações ou ativos, de um agente econômico não engajado em produção, que disponha de ativos no total de \$ 10,000,000 ou mais, estejam sendo adquiridos por qualquer agente econômico que disponha de total de ativos ou registre venda líquida anual de \$ 100,000,000 ou mais;

(C) quaisquer ações ou ativos, de um agente econômico que registre venda líquida anual ou total de ativos no valor de \$ 100,000,000 ou mais estejam sendo adquiridos por qualquer agente econômico que disponha de total de ativos ou registre venda líquida anual de \$ 10,000,000 ou mais; e

(3) como resultado de tal aquisição, a pessoa adquirente detiver:

(A) 15 por cento ou mais das ações com direito a voto ou ativos do agente econômico adquirido, ou

(B) uma quantia total agregada dos ativos e ações com direito a voto do agente econômico adquirido que exceda \$ 15,000,000.

No caso de uma oferta pública, o agente econômico cujas ações com direito a voto sejam procuradas para aquisição por um agente econômico obrigado a registrar notificação, nos termos deste parágrafo, deverá registrar notificação consoante as regras constantes do parágrafo (d) deste artigo.

(b) Waiting period; publication; voting securities

(1) The waiting period required under subsection (a) of this section shall —

(A) begin on the date of the receipt by the Federal Trade Commission and the Assistant Attorney General in charge of the Antitrust Division of the Department of Justice (hereinafter referred to in this section as the "Assistant Attorney General") of —

(i) the complete notification required under subsection (a) of this section, or

(ii) if such notification is not complete, the notification to the extent complete and a statement of the reasons for such noncompliance, from both persons, or, in the case of a tender offer, the acquiring person; and

(B) end on the thirtieth day after the date of such receipt (or in the case of a cash tender offer, the fifteenth day, or on such later date as may be set under subsection (e) (2) or (g) (2) of this section.

(2) The Federal Trade Commission and the Assistant Attorney General may, in individual cases, terminate the waiting period specified in paragraph (1) and allow any person to proceed with any acquisition subject to this section, and promptly shall cause to be published in the Federal Register a notice that neither intends to take any action within such period with respect to such acquisition.

(3) As used in this section —

(A) The term "voting securities" means any securities which at present or upon conversion entitle the owner or holder thereof to vote for the election of directors of the issuer or, with respect to unincorporated issuers, persons exercising similar functions.

(b) Termo de espera;¹⁹ publicação; ações com direito a voto

(1) O termo de espera requerido de acordo com o parágrafo (a) deste artigo deverá:

(A) iniciar-se na data do recebimento, pela *Federal Trade Commission* e pelo Procurador Geral Adjunto encarregado da Divisão Antitruste do Departamento de Justiça (de ora por diante referido como "Procurador Geral Adjunto"):

(i) da completa notificação requerida consoante o parágrafo (a) deste artigo, ou

(ii) se tal notificação não for completa, a notificação até o ponto em que estiver completa, e uma declaração das razões de tal descumprimento, feita por ambos os agentes econômicos, ou, no caso de uma oferta pública, feita pelo agente econômico adquirente; e

(B) terminar no trigésimo dia após a data de tal recebimento (ou no caso de uma oferta pública à vista,²⁰ no décimo-quinto dia), ou em data posterior conforme previsto no parágrafo (e) 2 ou (g) 2 deste artigo.

(2) A *Federal Trade Commission* e o Procurador Geral Adjunto podem, em casos individuais, pôr fim ao termo de espera especificado no parágrafo (1) e permitir a qualquer agente econômico que proceda a qualquer aquisição sujeita ao disposto neste artigo, e, imediatamente, farão publicar no Diário Oficial Federal²¹ um aviso de que não pretendem promover qualquer medida no curso do referido termo, com relação à aquisição em causa.

(3) Como utilizado neste artigo:

(A) O termo "ações com direito a voto" significa quaisquer ações que presentemente, ou por conversão, possibilitem seu proprietário ou detentor a votar para a eleição de diretores do emissor ou, em relação a emissores que não possuam personalidade jurídica própria,²² agentes econômicos que exerçam funções análogas.

(B) The amount or percentage of voting securities or assets of a person which are acquired or held by another person shall be determined by aggregating the amount or percentage of such voting securities or assets held or acquired by such other person and each affiliate thereof.

(c) Exempt transactions

The following classes of transactions are exempt from the requirements of this section —

(1) acquisitions of goods or realty transferred in the ordinary course of business;

(2) acquisitions of bonds, mortgages, deeds of trust, or other obligations which are not voting securities;

(3) acquisitions of voting securities of an issuer at least 50 per centum of the voting securities of which are owned by the acquiring person prior to such acquisition;

(4) transfers to or from a Federal agency or a State or political subdivision thereof;

(5) transactions specifically exempted from the antitrust laws by Federal statute;

(6) transactions specifically exempted from the antitrust laws by Federal statute if approved by a Federal agency, if copies of all information and documentary material filed with such agency are contemporaneously filed with the Federal Trade Commission and the Assistant Attorney General;

(7) transactions which require agency approval under section 1467a(e) of Title 12, section 1828(c) of Title 12, or section 1842 of Title 12;

(8) transactions which require agency approval under section 1843 of Title 12 or section 1464 of Title 12, if copies of all information and documentary material filed

(B) A quantia ou porcentagem de ações com direito a voto ou ativos de um agente econômico, que forem adquiridos ou detidos por outra pessoa, deverá ser determinada somando-se a quantia ou porcentagem de tais ativos ou ações com direito a voto detidos ou adquiridos por esta outra pessoa, e cada associado seu.

(c) Transações isentas

As seguintes classes de transações são isentas dos requerimentos deste artigo:

(1) aquisições de mercadorias ou bens imóveis transferidos no curso normal do negócio;

(2) aquisições de títulos,²³ hipotecas, *deeds of trust*,²⁴ ou outras obrigações que não sejam ações com direito a voto;

(3) aquisições de ações com direito a voto de uma pessoa jurídica na qual o adquirente detenha no mínimo 50% das ações com direito a voto anteriormente à aquisição;

(4) transferências de ou para uma Agência ou Estado Federal, ou alguma subdivisão política sua;

(5) transações especificamente isentas das leis antitruste/de defesa da concorrência por lei Federal;

(6) transações especificamente isentas das leis antitruste/de defesa da concorrência por lei Federal, se aprovada por um órgão público Federal autônomo,²⁵ se cópias de toda a informação e documentos arquivados em tal órgão público estiverem, atualizadas, arquivadas junto à *Federal Trade Commission* e ao Procurador Geral Adjunto;

(7) transações que requeiram aprovação de órgão público sob o artigo 1467a(e) do Título 12, artigo 1828(c) do Título 12, ou artigo 1842 do Título 12;

(8) transações que requeiram aprovação de órgão público sob o artigo 1843 do Título 12, ou artigo 1464 do Título 12, se cópias de toda a informação e documen-

with any such agency are contemporaneously filed with the Federal Trade Commission and the Assistant Attorney General at least 30 days prior to consummation of the proposed transaction;

(9) acquisitions, solely for the purpose of investment, of voting securities, if, as a result of such acquisition, the securities acquired or held do not exceed 10 per centum of the outstanding voting securities of the issuer;

(10) acquisitions of voting securities, if, as a result of such acquisition, the voting securities acquired do not increase, directly or indirectly, the acquiring person's per centum share of outstanding voting securities of the issuer;

(11) acquisitions, solely for the purpose of investment, by any bank, banking association, trust company, investment company, or insurance company, of (A) voting securities pursuant to a plan of reorganization or dissolution; or (B) assets in the ordinary course of its business; and

(12) such other acquisitions, transfers, or transactions, as may be exempted under subsection (d) (2) (B) of this section.

(d) Commission rules

The Federal Trade Commission, with the concurrence of the Assistant Attorney General and by rule in accordance with section 553 of Title 5, consistent with the purposes of this section —

(1) shall require that the notification required under subsection (a) of this section be in such form and contain such documentary material and information relevant to a proposed acquisition as is necessary and appropriate to enable the Federal Trade Commission and the Assistant Attorney General to determine whether such acquisition may, if consummated, violate the antitrust laws; and

(2) may —

tos arquivados em tal órgão público estiverem atualizadas e arquivadas junto à *Federal Trade Commission* e ao Procurador Geral Adjunto, pelo menos 30 dias anteriormente à transação proposta;

(9) aquisições, exclusivamente para o propósito de investimento, de ações com direito a voto, se, como resultado de tal aquisição, as ações adquiridas ou detidas não excedam 10 por cento das ações com direito a voto do emissor no mercado;

(10) aquisições de ações com direito a voto, se, como resultado de tal aquisição, as ações com direito a voto adquiridas não aumentem, direta ou indiretamente, a percentagem de ações com direito a voto do adquirente no mercado;

(11) aquisições, com o propósito exclusivo de investimento, por qualquer banco, associação bancária, *trust company*, companhia de investimentos, ou companhia de seguros, de (A) ações com direito a voto consoante a um plano de reorganização,²⁶ ou dissolução; ou (B) ativos no curso normal de seus negócios; e

(12) outras aquisições, transferências, ou transações, que devam ser isentas de acordo com o parágrafo (d)(2)(B) deste artigo.

(d) Regras da Comissão

A *Federal Trade Commission*, com a cooperação do Procurador Geral Adjunto e por meio de norma em acordo com o artigo 553 do Título 5, e consoante à finalidade deste artigo:

(1) postulará que a notificação requerida de acordo com o parágrafo (a) deste artigo esteja em tal forma e contenha os documentos e informações relevantes relativos à aquisição visada, necessários e apropriados a capacitar a *Federal Trade Commission* e o Procurador Geral Adjunto a determinar se tal aquisição poderá, se consumada, infringir as leis antitruste; e

(2) poderá:

(A) define the terms used in this section;

(B) exempt, from the requirements of this section, classes of persons, acquisitions, transfers, or transactions which are not likely to violate the antitrust laws; and

(C) prescribe such other rules as may be necessary and appropriate to carry out the purposes of this section.

(e) Additional information; waiting period extensions

(1) The Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General may, prior to the expiration of the 30-day waiting period (or in the case of a cash tender offer, the 15-day waiting period) specified in subsection (b)(1) of this section, require the submission of additional information or documentary material relevant to the proposed acquisition, from a person required to file notification with respect to such acquisition under subsection (a) of this section prior to the expiration of the waiting period specified in subsection (b) (1) of this section, or from any officer, director, partner, agent, or employee of such person.

(2) The Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General, in its or his discretion, may extend the 30-day waiting period (or in the case of a cash tender offer, the 15-day waiting period) specified in subsection (b) (1) of this section for an additional period of not more than 20 days (or in the case of a cash tender offer, 10 days) after the date on which the Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General, as the case may be, receives from any person to whom a request is made under paragraph (1), or in the case of tender offers, the acquiring person, (A) all the information and documentary material required to be submitted pursuant to such a request, or (B) if such request is not fully complied with, the information and docu-

(A) definir os termos utilizados neste artigo;

(B) isentar, dos requerimentos deste artigo, categorias de agentes econômicos, aquisições, transferências, ou transações que provavelmente não infringem as leis de defesa da concorrência; e

(C) prescrever outras regras, conforme possa ser necessário e apropriado para realizar os propósitos deste artigo.

(e) Informação adicional; prorrogação do termo de espera

(1) A *Federal Trade Commission* ou o Procurador Geral Adjunto podem, anteriormente à expiração do termo de espera de 30 dias (ou, no caso de uma oferta pública à vista, do termo de espera de 15 dias) especificado no parágrafo (b)(1) deste artigo, requerer a submissão de informação adicional ou documentos relevantes à aquisição visada, a um agente econômico obrigado a registrar notificação a respeito de tal aquisição, segundo o parágrafo (a) deste artigo, anteriormente à expiração do termo de espera especificado no parágrafo (b)(1) deste artigo, ou a qualquer procurador, diretor, sócio, representante, ou a um empregado do referido agente econômico.

(2) A *Federal Trade Commission*, ou o Procurador Geral Adjunto, à discrição de qualquer um deles, poderá estender o termo de espera de 30 dias (ou, no caso de uma oferta pública à vista, o termo de espera de 15 dias) especificado no parágrafo (b)(1) deste artigo, por um termo adicional não superior a 20 dias (ou, no caso de uma oferta pública à vista, 10 dias) após a data na qual a *Federal Trade Commission*, ou o Procurador Geral Adjunto, conforme o caso, receber de qualquer agente econômico a quem tenha sido feita uma requisição segundo o parágrafo (1), ou, no caso de oferta pública, do agente econômico adquirente, (A) toda informação e documentos requeridos para serem apresentados à apreciação consoante tal requerimento, ou (B) se tal requerimento não for inteiramente completo, com a informação e os

mentary material submitted and a statement of the reasons for such noncompliance. Such additional period may be further extended only by the United States district court, upon an application by the Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General pursuant to subsection (g) (2) of this section.

(f) Preliminary injunctions; hearings

If a proceeding is instituted or an action is filed by the Federal Trade Commission, alleging that a proposed acquisition violates section 18 of this title, or section 45 of this title, or an action is filed by the United States, alleging that a proposed acquisition violates such section 18 of this title, or section 1 or 2 of this title, and the Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General (1) files a motion for a preliminary injunction against consummation of such acquisition *pendente lite*, and (2) certifies the United States district court for the judicial district within which the respondent resides or carries on business, or in which the action is brought, that it or he believes that the public interest requires relief *pendente lite* pursuant to this subsection, then upon the filing of such motion and certification, the chief judge of such district court shall immediately notify the chief judge of the United States court of appeals for the circuit in which such district court is located, who shall designate a United States district judge to whom such action shall be assigned for all purposes.

(g) Civil penalty; compliance; power of court

(1) Any person, or any officer, director, or partner thereof, who fails to comply with any provision of this section shall be liable to the United States for a civil penalty of not more than \$ 10,000 for each day during which such person is in violation of this section. Such penalty may be recovered in a civil action brought by the United States.

documentos submetidos e uma declaração das razões de seu não-cumprimento. O termo adicional só poderá ser novamente prorrogado pelos tribunais distritais dos Estados Unidos,²⁷ por meio de um requerimento da *Federal Trade Commission* ou do Procurador Geral Adjunto, consoante o parágrafo (g)(2) deste artigo.

(f) Medidas preliminares; audiências

Se um processo ou ação forem propostos pela *Federal Trade Commission*, alegando que uma aquisição proposta viola o artigo 18 deste título, ou o artigo 45 deste título, ou uma ação for proposta pela União Federal, alegando que uma aquisição pretendida infringe o artigo 18 deste título, ou os artigos 1 ou 2 deste título, e a *Federal Trade Commission* ou o Procurador Geral Adjunto (1) ingressar com um pedido para uma medida preliminar contra a consumação de tal aquisição *pendente lite*,²⁸ e (2) certificar a corte distrital da circunscrição judicial na qual o réu resida ou conduza seus negócios, ou na qual a ação tenha sido promovida, que a *Federal Trade Commission* ou o Procurador Geral Adjunto acreditam que o interesse público requer amparo *pendente lite* nos moldes deste parágrafo, então com o ingresso de tal pedido e certificação, o juiz-presidente de tal juízo federal deve notificar imediatamente o juiz-presidente do Tribunal de Recursos dos Estados Unidos²⁹ para a circunscrição na qual tal tribunal distrital esteja localizado, que deve designar juiz distrital³⁰ para o qual tal ação será atribuída, para todos os fins.

(g) Sanção civil; cumprimento; autoridade do tribunal

(1) Qualquer agente econômico, ou qualquer administrador, diretor, ou sócio, que deixar de cumprir qualquer provisão deste artigo, será responsabilizado, perante a União, sendo-lhe imposta uma sanção civil de não mais de \$ 10,000 por cada dia de infração deste artigo. Tal sanção poderá ser executada em uma ação civil ajuizada pela União.

(2) If any person, or any officer, director, partner, agent, or employee thereof, fails substantially to comply with the notification requirement under subsection (a) of this section or any request for the submission of additional information or documentary material under subsection (e) (1) of this section within the waiting period specified in subsection (b) (1) of this section and as may be extended under subsection (e) (2) of this section, the United States district court —

(A) may order compliance;

(B) shall extend the waiting period specified in subsection (b) (1) of this section and as may have been extended under subsection (e) (2) of this section until there has been substantial compliance, except that, in the case of a tender offer, the court may not extend such waiting period on the basis of a failure, by the person whose stock is sought to be acquired, to comply substantially with such notification requirement or any such request; and

(C) may grant such other equitable relief the court in its discretion determines necessary or appropriate, up on application of the Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General.

(h) Disclosure exemption

Any information or documentary material filed with the Assistant Attorney General or the Federal Trade Commission pursuant to this section shall be exempt from disclosure under section 552 of Title 5, and no such information or documentary material may be made public, except as may be relevant to any administrative or judicial action or proceeding. Nothing in this section is intended to prevent disclosure to either body of Congress or to any duly authorized committee or subcommittee of the Congress.

(2) Se qualquer agente econômico, ou qualquer administrador, diretor, sócio, agente, ou empregado seu, deixar de cumprir, substancialmente, o requerimento de notificação segundo o parágrafo (a) deste artigo, ou qualquer requisição para a submissão de informação adicional ou documentos segundo o parágrafo (e) (1) deste artigo, no curso do termo de espera especificado no parágrafo (b) (1) deste artigo, que pode ser estendido de acordo com a subseção (e) (2) deste artigo, o tribunal distrital dos Estados Unidos:

(A) poderá ordenar o cumprimento;

(B) prorrogará o termo de espera especificado no parágrafo (b)(1) deste artigo, que poderá ter sido estendido de acordo com o parágrafo (e)(2) deste artigo, até que tenha havido cumprimento substancial, exceto que, no caso de uma oferta pública, o tribunal não possa estender tal termo de espera por motivo de descumprimento pelo agente econômico do qual as ações serão buscadas a adquirir, em cumprir substancialmente com tal requisição da notificação ou qualquer requerimento da mesma ordem; e

(C) poderá conferir outro amparo equitativo conforme o tribunal, à sua discricção, determine necessário ou apropriado, por notificação da *Federal Trade Commission* ou do Procurador Geral Adjunto.

(h) Isenção de exibição

Qualquer informação ou documento em poder do Procurador Geral Adjunto ou da *Federal Trade Commission* nos termos deste artigo será isento de exibição nos termos do artigo 552 do Título 5, e tais informações ou documentos não poderão ser tornados públicos, exceto quando possa ser relevante a qualquer ação ou procedimento judicial ou administrativo. Nada, neste artigo, destina-se a prevenir a exibição tanto ao corpo do Congresso ou a qualquer comitê ou subcomitê do Congresso legalmente autorizado.

(i) Construction with other laws

(1) Any action taken by the Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General or any failure of the Federal Trade Commission or the Assistant Attorney General to take any action under this section shall not bar any proceeding or any action with respect to such acquisition at any time under any other section of this Act or any other provision of law.

(2) Nothing contained in this section shall limit the authority of the Assistant Attorney General or the Federal Trade Commission to secure at any time from any person documentary material, oral testimony, or other information under the Antitrust Civil Process Act [15 U.S.C.A. § 1311 et seq.], the Federal Trade Commission Act [15 U.S.C.A. § 41 et seq.], or any other provision of law.

(j) Report to Congress; legislative recommendations

Beginning not later than January 1, 1978, the Federal Trade Commission, with the concurrence of the Assistant Attorney General, shall annually report to the Congress on the operation of this section. Such report shall include an assessment of the effects of this section, of the effects, purpose, and need for any rules promulgated pursuant thereto, and any recommendations for revisions of this section

(Oct. 15, 1914, c. 323, § 7A, as added Sept. 30, 1976, Pub. L. 94-435, Title II, § 201, 90 Stat. 1390, and amended Nov. 8, 1984, Pub. L. 98-620, Title IV, § 402(10)(A), 98 Stat. 3358; Aug. 9, 1989, Pub. L. 101-73, Title XII, § 1214, 103 Stat. 529.)

(i) Interpretação com relação a outras leis

(1) Qualquer ação movida pela *Federal Trade Commission*, ou pelo Procurador Geral Adjunto, ou qualquer tentativa frustrada da *Federal Trade Commission*, ou do Procurador Geral Adjunto, de mover qualquer ação nos termos deste artigo não excluirá qualquer procedimento ou qualquer ação a respeito de tal aquisição, a qualquer tempo, de acordo com qualquer artigo desta Lei ou qualquer outra provisão legal.

(2) Nada contido neste artigo limitará a autoridade do Procurador Geral Adjunto, ou da *Federal Trade Commission*, de obter a qualquer tempo, de qualquer agente econômico, documentos, testemunho oral, ou outras informações segundo o *Antitrust Civil Process Act* [15 U.S.C.A. § 1311 et seq.], o *Federal Trade Commission Act* [15 U.S.C.A. § 41 et seq.] ou qualquer outra provisão legal.

(j) Relatório ao Congresso; recomendações legislativas

Não após 1º de Janeiro de 1978, a *Federal Trade Commission*, com a cooperação do Procurador Geral Adjunto, enviará relatórios anuais ao Congresso, acerca da execução prevista neste artigo. Tal relatório deve incluir uma análise dos efeitos deste artigo sobre os efeitos, propósito, e necessidade de quaisquer regras promulgadas consoante este artigo, e quaisquer recomendações para revisões neste artigo.

(Oct. 15, 1914, c. 323, § 7A, as added Sept. 30, 1976, Pub. L. 94-435, Title II, § 201, 90 Stat. 1390, and amended Nov. 8, 1984, Pub. L. 98-620, Title IV, § 402(10)(A), 98 Stat. 3348; Aug. 9, 1989, Pub. L. 101-73, Title XII, § 1214, 103 Stat. 529.)

Notas

1. A tradução é reprodução da *Revista do IBRAC*. O texto legal foi retirado do livro *Anti-trust-Statutes, Treaties, Regulations, Guidelines, Policies*. Flynn, John J. & First, Harry. Foundation Press, 1995.

2. Person, no original. Adotamos a terminologia empregada pela Lei brasileira

3. Commerce, no original, tem sentido lato; ou seja, qualquer atividade sujeita à incidência das normas de defesa da concorrência.

4. Federal Trade Commission: órgão independente da administração pública norte-americana, criada e regulada pelo Federal Trade Commission Act, de 1914. É um órgão imune às injunções do governo, não-político (nonpolitical body), composto por cinco membros indicados pelo Presidente da República, cujos nomes são aprovados pelo Senado, para exercerem mandatos de sete anos.

5. O conceito de monopólio é amplo, significando poder econômico incontestado; a Lei 4.137/62, a de melhor técnica entre as leis de defesa da concorrência elaboradas entre nós, refere "condições monopolísticas", seguindo o exemplo norte-americano.

6. common carrier, no original.

7. branch or short lines, no original.

8. substantial competition, no original.

9. antitrust laws, no original.

10. Ministério dos Transportes.

11. Comissão Federal de Telecomunicações.

12. Comissão Federal de Energia.

13. Comissão Interestadual de Comércio.

14. Comissão de Valores Mobiliários.

15. Comissão Naval Norte-Americana.

16. Ministério da Agricultura.

17. tender offer, no original.

18. manufacturing, no original.

19. waiting period, no original.

20. cash tender offer, no original.

21. Federal Register, no original.

22. unincorporated issuers, no original.

23. bonds, no original americano.

24. Instituto jurídico utilizado em alguns estados norte-americanos, com função semelhante à da hipoteca (mortgage). O título legal do bem imóvel permanece com um ou mais depositários/curadores, para assegurar o reembolso de uma soma em dinheiro ou o preenchimento de outras condições. Apesar de diferir da hipoteca quanto ao aspecto formal, trata-se essencialmente de um título de crédito (security).

25. federal agency, no original.

26. reorganization, no original, significa concordata.

27. US district courts no original. Cada estado norte-americano abriga uma ou mais distritos judiciais (comarcas judiciais), e em cada distrito judicial há um tribunal distrital. As district courts norte-americanas são os juízos originários com jurisdição plena para casos que envolvam leis federais, ou crimes e ações entre cidadãos de diferentes estados.

28. idem no original.

29. US court of appeals, no original. A Court of Appeals é uma ramificação da Supreme Court of Judicature, criada pelo Judicature Act em 1873. Trata-se de um órgão colegiado de segundo grau.

30. district judge. Juiz do district court.

Doar Prof. Bulgarelli
fev/98

